

As Fortificações Medievais Enquanto Património: Novos Condicionantes na Evolução das Cidades – O Caso de Portugal

Durante muitos séculos, os castelos e cercas muralhadas medievais condicionaram a evolução urbana das cidades; porém, a decadência destes sistemas defensivos adaptados à neurobalística votou-os a um lento declínio e desvirtuação. A sua obsolescência levou a que fossem considerados como um obstáculo físico ao desenvolvimento da cidade e, assim, assistiu-se a uma demolição relativamente sistemática das fortificações, sobretudo na época oitocentista. Com a emergência das preocupações patrimoniais, os antigos elementos defensivos medievais foram paulatinamente adquirindo novamente importância enquanto elementos pertencentes ao espaço urbano, contribuindo e influenciando o desenvolvimento das cidades. Portugal não foi imune a estes movimentos, e aplicou vários princípios nas intervenções patrimoniais envolvendo estruturas militares medievais: diversas áreas lacunares dos antigos castelos foram transformadas em jardins públicos; consideráveis porções de cidades foram demolidas em prol da valorização dos monumentos militares, libertando-os de edifícios que o sufocavam e, desse modo, recompondo o seu quadro espacial inicial; vastas zonas envolventes às antigas estruturas militares foram alvo de operações de embelezamento, requalificando ambientalmente o conjunto edificado. As cercas muralhadas continuam a agir enquanto elementos condicionadores de todo o processo de planeamento urbano (gerando programas urbanísticos diversos), pois a circunscrição da malha urbana histórica por um perímetro muralhado configura uma fronteira física incontornável que, uma vez mais, volta a proteger a cidade intramuros – agora dos ímpetos destruidores que não se compadecem dos valores patrimoniais que essas áreas representam.

As Fortificações Medievais Enquanto Património: Novos Condicionantes na Evolução das Cidades – O Caso de Portugal

O início do séc. V marcou o fim do domínio do império romano sobre a Península Ibérica e o acentuar de uma clima de instabilidade e insegurança que vinha sendo marcado pela crise governativa e pelas invasões de povos bárbaros. Perante tal, as cidades iniciaram um processo conhecido por “encastelamento” – que se prolongou pelos séculos seguintes –, quando subitamente se construíram e reformaram sistemas defensivos que tiveram profundo impacto nas cidades, nomeadamente ao confinarem fisicamente a povoação e deixarem de fora áreas e equipamentos urbanos importantes, como sucedeu por exemplo em Conímbriga, Lisboa e Beja¹. A instabilidade do poder que se seguiu nas regiões urbanas levou também uma parte substancial da população a trocar as cidades pelo campo, sobretudo nas partes mais setentrionais.

Após a invasão da Península Ibérica pelos muçulmanos, novos elementos defensivos passaram a marcar as cidades e a sua silhueta, resultantes da introdução de novas técnicas e formas na arquitectura militar, e de um novo sistema administrativo que se instalou preferencialmente em “alcáçovas” – um sistema palatino fortificado localizado no ponto mais alto da cidade, o qual abrigava o poder local, como a corte, os funcionários e um dispositivo militar. A alcáçova, que continuou a existir mesmo após a Reconquista cristã sob a forma de paços dos castelos, tendia a preservar algum terreno livre no espaço imediato das suas muralhas – tal como era, aliás, frequente na época muçulmana –, constituindo muitas vezes espaços comuns chamados “devesas”, que poderiam inclusivamente servir de pasto a gado².

Com a reconquista cristã do território português aos muçulmanos, intensificou-se um processo de evolução urbana iniciado ainda no período islâmico, com a criação e desenvolvimento de arrabaldes urbanos fora das muralhas, e de zonas livres de construção localizadas geralmente juntos às entradas principais das cidades (rossios, terreiros ou largos), onde se realizavam mercados, feiras e outras actividades sociais, devido à exiguidade do espaço intramuros. Neste, as ruas principais assumiam-se como eixos estruturantes da cidade, ao ligarem as portas principais da muralha aos edifícios mais importantes da cidade, como o castelo, a igreja, o palácio ou mesmo outras portas.

No séc. XIII surgiram, sobretudo na raia, inúmeras povoações fruto de iniciativas reais, como as “póvoas” e as “vilas novas” (por exemplo, Montalegre, Vinhais e Vila Nova de Cerveira). O investimento régio privilegiou a estrutura defensiva da fronteira com Castela como forma de demarcação e defesa do território, em detrimento das estruturas defensivas existentes no interior do reino, as quais perderam o estatuto de fundamentais. O amuralhamento das povoações possuía enorme

¹ ROSSA, Walter. A Cidade Portuguesa. In: PEREIRA, Paulo (dir.). História da Arte Portuguesa. Lisboa: Circulo de Leitores e Autores, 1995, vol.3, p.241

² GOMES, Rita Costa. Castelos da Raia. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 2002, vol.1, p.52

importância, sendo que na época medieval, a expressão “fazer vila” era sinónimo de demarcação espacial através da construção de muralhas, as quais delimitavam com precisão o espaço sujeito à nova ordem institucional fundada³.

No período fernandino (finais do séc. XIV) e no início da dinastia de Avis, as necessidades de defesa geraram um movimento de construção de novas cercas envolvendo os arrabaldes extra-muros, tendo incluído muitas vezes espaços vazios como reserva de futuros crescimentos (por exemplo, no Porto, Lisboa, Évora e Viseu)⁴. As cercas muralhadas, para além de introduzirem descontinuidades no tecido urbano, marcavam também o tecido social com o advento de um zonamento para as judiarias, mourarias, áreas nobres, ruas de comerciantes, e mesmo pela imposição de portagens para se poder entrar na cidade intramuros.

A decadência destes sistemas defensivos medievais adaptados à neurobalística permitiram, ainda assim, uma transformação destes mediante obras de adaptação às novas tecnologias da pirobalística em zonas consideradas cruciais para a defesa do território, enquanto nas restantes zonas se assistiu ao seu lento decalínio e desvirtuação, com abertura de novas portas, permissão de construção adossada ou derrube de partes das muralhas. O advento da Idade Moderna trouxe a afirmação definitiva da pirobalística, que se repercutiu incontornavelmente na arquitectura militar, a qual impreterivelmente teve de se adaptar à nova realidade, mediante novas tecnologias, elementos arquitectónicos e fisionomias. As fortificações existentes que ainda mantinham interesse estratégico incorporaram as alterações possíveis, de modo a manterem a sua funcionalidade defensiva, sendo que muitas delas foram integradas em novos sistemas fortificados mais amplos. Também um novo modelo de percepção e defesa do reino, consentâneo com as novas artes de guerra, determinou a preferência por estruturas defensivas que protegessem as vias de comunicação e assim dificultassem a progressão inimiga pelo território, ao invés das que, como os castelos medievais, se situavam preferencialmente em posições dominantes, de acessibilidade limitada e que, por isso mesmo, eram mais facilmente defensáveis. Essas dificuldades de acessibilidade, que anteriormente atraíram populações para sua protecção, acabaram mais tarde por lhes serem fatais, quando esses castelos foram abandonados pelas suas populações em prol de outras localizações mais favoráveis para a normal vivência.

Os habitantes das povoações muralhadas sentiam que as muralhas eram uma espécie de “coletes de forças” que tolham os seus movimentos de expansão, assim como um obstáculo físico à circulação e causa da dificuldade para a chegada do progresso a esses espaços. Assim, assistiu-se a uma demolição relativamente sistemática das fortificações, sobretudo na época oitocentista, com

³ GOMES, Rita Costa. Castelos da Raia. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 2003, vol.2, pp.62-65

⁴ ROSSA, Walter. A Cidade Portuguesa. In: PEREIRA, Paulo (dir.). História da Arte Portuguesa. Lisboa: Circulo de Leitores e Autores, 1995, vol.3, p.255

o reaproveitamento dos materiais para obras públicas e particulares. Quando em finais do séc. XIX o Ministério da Guerra concedeu as muralhas e fossos às Câmaras Municipais acelerou esse processo de apeamento das estruturas defensivas – sobretudo cercas –, numa perspectiva em muitos sentidos higienista e funcionalista⁵. Mas essas destruições do património arquitectónico começaram a fazer surgir opositores a estas, imbuídos com as nascentes preocupações patrimoniais que pela Europa fora também se tinham começado a fazer sentir. Alexandre Herculano (1810-1877), que foi considerado muitas vezes como uma “consciência cívica” de Portugal, insurgiu-se contra o estado de abandono e degradação em que os monumentos históricos se encontravam⁶, tendo sido um precursor na atitude de defesa destes. Para Herculano, os monumentos assumiam o valor de símbolos da nacionalidade portuguesa, bem como sugeriam cenários de grande espiritualidade e poesia que importava preservar.

Em Portugal, as preocupações a nível patrimonial colocaram-se pela primeira vez com maior vigor depois da Carta de Lei de 15 de Abril de 1835, na qual se decidiu colocar em hasta pública numerosos bens nacionais, qualquer que fosse a sua natureza, excepto as «(...) obras e edifícios de notável antiguidade que mereçam ser conservados, como primores da Arte, ou monumentos histo-

⁵ Veríssimo Serrão exemplifica com alguns casos: «(...) a Câmara de Penamacor recebeu a pedra do castelo e da muralha da circunvalação, para a utilizar em obras concelhias; o mesmo sucedendo na vila de Chaves, com uma parte das muralhas e fossos. Em Silves, as muralhas que dividiam as partes alta e baixa da cidade foram dadas ao município para este construir uma praça e um edifício para repartições públicas; e em Albufeira uma porção do castelo foi entregue à Misericórdia para ampliação do seu hospital. Em alguns casos houve um manifesto desejo de salvar o património artístico. (...) No caso da vila de Mourão, a sua câmara recebeu o castelo para os fins que entendesse necessários. Mas da doação excluíam-se as muralhas e fortificações que “pelo seu bom estado de conservação, podem e devem manter-se como monumento histórico digno de interesse” (...)» (SERRÃO, Joaquim Veríssimo. História de Portugal. Lisboa: Editorial Verbo, 1986, vol.9, pp.351-352).

⁶ Alexandre Herculano clamou, em quatro artigos publicados nas páginas do periódico *O Panorama*, contra a destruição do património nacional através de quatro textos onde lamenta a barbárie perpetrada contra monumentos através de demolições ou alterações destes. Mais tarde, entre 1872-73, já na sua quinta em Vale de Lobos, Herculano integrou esses artigos anónimos no seu segundo volume de *Opúsculos*, após uma profunda revisão, sob o nome de “Monumentos Patrios”. A título de registo, expõem-se seguidamente excertos desses artigos:

«(...) As gerações que então passaram não podiam compreender a sublime magestade dos edificios da idade media; os paços gothicos, os castellos antiquissimos, deixaram-se desabar; conservaram-se os mosteiros, algumas parochias, as cathedrais; não por serem cousas da arte, mas por serem cousas sanctas; o resto caíu em ruinas (...)» (HERCULANO, Alexandre: Os Monumentos. In: *O Panorama*. n.69, vol.2, pp.266-268, 1838);

«(...) E alguns ha que já se lembram (segundo nos diz o nosso correspondente) de demolir os restos das venerandas muralhas, que de tantos combates são testemunhas, e de pôr ao nivel do chão as paredes que ainda subsistem dos paços de D. Henrique; dos paços, onde D. Affonso 1º nasceu, e onde, passados annos, entrou victorioso de sua ,ãe, que vendêra a terra de homens livres por preço do amor estrangeiro. Arrazar-se-hão, pois, os restos dos muros alevantados pelo rei lavrador, e os paços dos nossos primeiros monarchas (...)» (HERCULANO, Alexandre. Mais um Brado a Favor dos Monumentos I. In: *O Panorama*. n.93, vol.3, pp.43-45, 1839);

«(...) Perto do confluente do Sabor e do Douro está assentada a villa da Torre de Moncorvo, que de seu antiquissimo castello tirava o nome. Já hoje, porém, lhe não quadra mais do que a denominação de Moncorvo: ha tempos que a pobre torre foi derrubada, segundo ouvimos, tambem para calçar ruas (...). Onde ha um monumento que derrubar, ei-los a afooar os caminhos, viellas, e encruzilhadas; e desgraçado do velho edificio, se encontraram alguma barroca, ou fojo, que accendesse a sua raiva niveladora! – Lá começa a torre, o castello, o templo, o palacio, ou a muralha, a desabar (...)» (HERCULANO, Alexandre. Mais um Brado a Favor dos Monumentos II. In: *O Panorama*. n.94, vol.3, pp.50-52, 1839).

ricos de grandes feitos ou de épocas nacionais (...)»⁷. A crescente consciencialização da sociedade ia originando algumas acções, ainda que inicialmente algo tímidas; a partir de meados do séc. XIX, o movimento Regenerador tentou, através de diversas acções, salvar o que ainda era possível do património artístico, assumindo a intervenção em diversos monumentos específicos; sensivelmente a partir do último quartel do mesmo século, destacou-se no panorama da salvaguarda do património arquitectónico português uma entidade associativa, a *Real Associação dos Architec-tos Civis e Archeologos Portuguezes* (RAACAP), a qual se distinguiu na defesa da causa patrimonial. O prestígio adquirido pela RAACAP traduziu-se na solicitação da realização de um inventário sobre os edifícios que deveriam de ser considerados como monumentos nacionais, por parte do Ministério das Obras Públicas, verificando-se a existência de uma categoria específica para a arquitectura militar “antiga” entre as seis categorias de monumentos propostas, o que demonstra o despertar da consciência do valor patrimonial dos castelos medievais⁸.

Porém, foi na época da ditadura militar do Estado Novo que se preconizou e seguiu uma filosofia de intervenção nos monumentos mais agressiva, encarnada pela criação da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) em 1929, que centralizou neste organismo os serviços relacionados com o projecto e construção civil do Estado, destacando-se as intervenções no património arquitectónico. Fortemente condicionada por uma ideologia política nacionalista que pressupunha uma “refundação da Nação”, onde os monumentos associados aos primórdios da formação da nacionalidade foram intervencionados e o simbolismo a estes inerente foi usado como arma de propaganda política, os castelos medievais foram um dos mais importantes mecanismos de legitimação política do regime vigente, como testemunhos venerados do nascimento da pátria que era necessário transmitir às gerações vindouras e que se constituiu, na sociedade portuguesa, como um elemento fundamental para a construção da identidade de Portugal⁹.

⁷ Carta de Lei de 15 de Abril de 1835 (citado por SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, 1986, vol.8, p.358)

⁸ Um facto também essencial na percepção da importância adquirida pelos castelos medievais enquanto património foi a classificação do castelo de Elvas como monumento nacional em 1906 (Dec. de 27-10-1906), antes mesmo dos mosteiros da Batalha, dos Jerónimos, de Alcobaça e de Sta. Cruz em Coimbra, dos conventos de Maфра e de Cristo em Tomar, das sés de Coimbra, Guarda, Lisboa e Évora, da torre de Belém, da basílica da Estrela, do templo de Diana e do convento do Carmo em Lisboa (COSTA, Lucília Verdelho da. Ernesto Korrodi (1889-1944) – Arquitectura, Ensino e Restauro do Património. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p.85)

⁹ Pode-se referir, como exemplo de um acontecimento que repercute esse simbolismo, associado às comemorações do duplo centenário (da Independência de Portugal e da Restauração da Independência), as comemorações efectuadas no dia 4 de Junho de 1940, em que Fernando Catroga afirma que «(...) a ênfase que foi dada à cerimónia do hasteamento da bandeira de D. Afonso Henriques no castelo de Guimarães na presença de Salazar e Carmona, acção que se repetiu em todos os castelos do país e edifícios públicos (a um sinal emitido pela Emissora Nacional), ao mesmo tempo que troavam os canhões dos navios e as peças de artilharia e repicavam os sinos de todas as Igrejas de Portugal e das Colónias (4 de Junho de 1940). Com estes gestos e sons pretendeu-se suscitar um momento de empolgante comunhão entre todos os portugueses, isto é, de verdadeira “união nacional”. E foi na analogia com a experiência mística que Salazar se inspirou para qualificar o que sentiu nesse instante supremo: (...) «Por todo o Portugal do continente, das ilhas, do ultramar, em terras hospitaleiras de todas as partes do Mundo, milhões de portugueses se recolhem, de alma ajoelhada diante deste castelo, e comungam connosco nos mesmos sentimentos de devoção, de exaltação, de fé» (...)» (CATROGA, Fernando.

Os edifícios militares medievais, esvaziados das suas funções primordiais e em muitos casos destituídos de ocupação, assumiram então valor histórico, artístico, simbólico e pedagógico que, aliado ao vector turístico, constituiu um factor justificativo para os gastos com as intervenções. Se na generalidade dos casos se optou por trabalhos de conservação e por acções de reintegração pontuais, nos castelos investidos de especial representatividade efectuaram-se intervenções de maior envergadura e com avultados gastos. As intervenções nos castelos de S. Jorge em Lisboa, de Leiria e de Porto de Mós são paradigmáticas no recurso ao processo de restauro radical, na procura de os restituir às suas formas pretensamente originais. Enquanto a maioria destes edifícios intervencionados adquiriu como função o ser museu de si próprio – seja como simples castelo evocativo de si mesmo, seja albergando pequenos museus e centros de interpretação ligados à sua história –, em alguns casos os castelos adquiriram novas funções em parte relacionadas com as anteriores, como o sejam a adaptação/transformação dos paços do castelo de Óbidos e do castelo do Alvito para pousadas turísticas.

A importância que os castelos medievais foram novamente adquirindo, após a sua valorização enquanto património – a qual proporcionou a sua reabilitação enquanto elementos arquitectónicos singulares –, fomentou igualmente um inegável contributo enquanto elemento pertencente a um espaço urbano mais vasto, contribuindo e influenciando o desenvolvimento das cidades, à imagem do que se passou séculos antes – embora anteriormente por motivos mais funcionais. A associação de monumento a estes complexos defensivos medievais permitiu iniciar um processo em que estes monumentos passaram a influenciar de modo cada vez mais decisivo a estrutura espacial envolvente mais próxima e, seguidamente, vastas áreas de tecido urbano – sem contudo deixarem de ser igualmente influenciados pela cidade existente.



Castelo dos Mouros em Sintra (fonte: IHRU)

O gradual abandono vivido pelas estruturas defensivas por parte da realocação das suas populações em prol de outras localizações mais favoráveis ao normal desenrolar das suas vivências, ditado por necessidades de salubridade, de facilidade de comunicação e acessibilidade, de expansão e por exigências socio-económicas, criaram enormes vazios na malha urbana das cidades, verdadeiras ilhas de degrada-

ção e sem utilidade funcional, devido ao processo de obsolescência dos castelos e cercas medievais. Num processo verdadeiramente pioneiro a nível nacional, o rei D. Fernando II, imbuído do espírito romântico oitocentista, adquiriu o castelo dos Mouros em Sintra (em conjunto com o convento jerónimo de N. Sra. da Pena) e transformou esse espaço abandonado pelas populações em detrimento da parte baixa da vila de Sintra, no sopé da serra onde está implantado o castelo. Como complemento do projecto desenvolvido para o palácio da Pena, as estruturas defensivas do castelo dos Mouros foram restauradas (segundo os parâmetros da época, embora se afirme que foram respeitadas as formas originais) e os seus espaços agora vazios foram arborizados em consonância com a restante mata real envolvente ao palácio, tendo-se tornado um espaço verde para usufruto público.



Castelo de Tomar (fonte: IHRU) e jardim no castelo de Santarém (fonte: autor)

Medidas similares foram, de resto, ensaiadas e executadas depois em diversos outros casos, como por exemplo nos castelos de Santarém e de Tomar onde, em face das lacunas existentes para essas áreas, se optou por as tornar espaços verdes complementares, na forma de jardins urbanos para usufruto público. Em alguns casos, onde os castelos se situavam rodeados pela malha urbana antigo morfologicamente bastante densa, esses jardins permitiram mesmo criar espaços de desafogo e de convivência para as populações vizinhas. Por outro lado, houve casos em que o simples abandono dos espaços intramuros em favor dos arrabaldes criou autênticos campos arqueológicos que se mantêm até à actualidade e que são importantes fontes patrimoniais potenciadoras de gerarem conhecimento e proventos turísticos, como os casos de Marialva e de Numão¹⁰.

¹⁰ Importa referir que, em muitos casos, os espaços vazios adjacentes às estruturas militares ainda hoje existem; porém, na actualidade, mais do que preencherem meramente esses espaços com áreas verdes criando jardins urbanos, procura-se aliar também componentes culturais, onde os edifícios defensivos medievais funcionam como elementos cénicos a actividades de índole cultural, como o sejam a realização de feiras medievais, de espectáculos artísticos (concertos musicais ou performances teatrais) ou instalação de equipamentos culturais e de lazer, como anfiteatros e pequenos espaços de restauração



Interior do castelo de Marialva (fonte: autor) e extracto da planta da aldeia de Marialva (fonte: IHRU)

Com o advento do Movimento Moderno, surgiram novos pressupostos no modo como se encaravam os monumentos na cidade, e a filosofia das intervenções que se deveriam de realizar. As gerações de arquitectos influenciadas por este movimento e que actuavam na área do património arquitectónico e urbanístico estavam seguramente familiarizados com os preceitos teóricos dos CIAM, patentes na Carta de Atenas de 1933, os quais Le Corbusier também perfilhava, ao referir que de modo nenhum o valor dos conjuntos urbanos se deveria de sobrepôr ao bem-estar das pessoas, sacrificando a salubridade dos edifícios para os salvaguardar enquanto património. No célebre plano Voisin (1925), Le Corbusier propunha reconverter grande parte do centro de Paris numa área verde, com zonas delimitadas para blocos de construção em altura modelares dispersos sobre um vasto tapete ajardinado e relvado, sendo que os monumentos mais significativos, como a catedral de Notre-Dame, o Arco do Triunfo e a torre Eiffel, seriam deixados isoladamente como memória da cidade antiga, enquanto que a restante construção era sacrificada a um conceito de “tábua rasa”.

Posteriormente Gustavo Giovannoni, cuja teoria influenciou largamente as intervenções na cidade enquanto património, elaborou uma teoria de intervenção urbana que, de alguma maneira, sintetiza de modo aperfeiçoado as teorias modernistas de intervenção urbana dos CIAM e da teoria historicista de Camillo Sitte, associando ainda os preceitos de Camillo Boito. Assim, Giovannoni atribuía valores funcionais aos conjuntos urbanos antigos, mas também valores museológicos e memorativos, articulando os espaços antigos com planos de ordenamento actuais; como tal, aceitava demolições parciais no tecido urbano enquanto modo de o desdensificar de construções supérfluas (*diridamento*) ou para valorizar monumentos – desafogo/desobstrução/desafrontamento e criação de perspectivas sobre si –, embora tendo sempre presente o respeito pelas escalas, morfologia e relações dos conjuntos urbanos.

Portugal não foi imune a estes movimentos¹¹, e aplicou princípios análogos nas intervenções patrimoniais sobretudo na década de 40 do séc. XX, onde consideráveis porções de cidades foram demolidas em prol de uma suposta valorização dos monumentos¹². Com efeito, o entendimento do património fazia-se segundo uma relação entre os edifícios singulares (monumentos), os edifícios comuns e o espaço público, onde as intervenções se focavam essencialmente sobre os edifícios singulares, os quais podiam sujeitar os edifícios comuns e o espaço público a si, visto estes serem entendidos como passíveis de poderem sofrer modificações. Segundo refere Miguel Tomé, o contexto espacial em torno das estruturas fortificadas era entendido como a sua extensão formal e funcional enquanto complemento de defesa, pelo que as demolições de edifícios em torno de si assumiam o propósito de, para além de libertar o monumento da amálgama de edifícios espúrios que o sufocavam, recompor o seu quadro espacial inicial, à semelhança do que havia sido feito para o edifício monumental em si. Assim, os técnicos da DGEMN frequentemente projectavam a demolição de edifícios dentro da envolvente próxima aos castelos medievais, definindo uma cintura viária em seu redor para contemplação visual e apreensão do edifício, trabalhando ainda a reestruturação do coberto arbóreo em função de perspectivas privilegiadas¹³.

Em finais dos anos 30 e inícios dos anos 40 do séc. XX, foram postas em prática talvez as propostas mais radicais englobando demolições na malha urbana envolvente a estruturas defensivas, no âmbito do programa das comemorações do duplo centenário, em que se pretendeu reabilitar e



exaltar estes “testemunhos vivos” enquanto símbolos do nascimento da pátria e manutenção da sua independência. Nesse sentido, intervencionaram-se três castelos considerados fundamentais para a memória nacional: o castelo de S. Mamede em Guimarães, ao qual é atribuído o local de nascimento de D.

Demolições em torno do castelo de Guimarães (fonte: IHRU)

¹¹ É possível vislumbrar preocupações estéticas dos arquitectos da DGEMN, influenciados pelo Movimento Moderno, nas intervenções efectuadas no património arquitectónico em meados do séc. XX em Portugal: a afirmação das diversas volumetrias revelando a organização interior, a identificação da estrutura e dos materiais de construção devido à ausência de revestimento, e o tratamento da implantação dos monumentos no espaço

¹² Desde 1924 que existia em Portugal uma lei para a salvaguarda da envolvente dos monumentos, a qual previa a possibilidade de expropriação para quaisquer construções que prejudicassem a boa conservação dos monumentos ou que o desvirtuassem e ofendessem

¹³ TOMÉ, Miguel. Património e restauro em Portugal (1920-1995). Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2002, pp.89-98

Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal; o castelo de S. Jorge em Lisboa, situado na capital portuguesa, o qual deveria assumir um simbolismo espiritual exaltador do patriotismo nacional; o castelo de Vila Viçosa, como parte de um plano para a sede da casa de Bragança, responsável pela restauração da independência e origem da IV dinastia reinante em Portugal.



Parque monumental de Guimarães e castelo de Guimarães na actualidade (fonte: IHRU)

Em Guimarães, o projecto seguido consistiu em criar um enorme espaço verde envolvendo os três monumentos da zona alta da cidade (castelo de S. Mamede, paço dos Duques de Bragança e capela de S. Miguel), produzido em parte com a demolição dos edifícios próximos, isolando assim os monumentos da restante malha urbana. Este novo parque verde da cidade, pensado também para usufruto das populações, causou um forte impacto visual na paisagem urbana, e não são alheios alguns dos princípios de intervenção provindos do estrangeiro onde, para além das demolições levadas a cabo, se proporcionou a implantação de um enorme relvado envolvendo os monumentos, e se estudou paisagisticamente a implantação das massas arbóreas e dos caminhos pedonais, procurando tirar partido dos melhores pontos de vista sobre esses edifícios. Vila Viçosa também manifestou esses princípios, tendo sido palco de demolições na malha urbana, ao serem demolidos quarteirões inteiros



Castelo de Vila Viçosa, antes e depois da intervenção da DGEMN (fonte: IHRU)



Castelo de S. Jorge em Lisboa, antes e depois da intervenção da DGEMN (fonte: IHRU)

de modo a possibilitar a abertura de uma praça entre o castelo e a igreja, e ao demolirem-se igualmente os edifícios junto às muralhas do castelo, como forma de o desobstruir, tendo sido constituído um jardim público relvado e com árvores delimitado por um caminho circundante ao castelo que permitia apreendê-lo exteriormente. Já em Lisboa, no castelo de S. Jorge, a intervenção foi ainda mais radical, não só por enquadrar uma intervenção de restauro estilístico extremamente profunda, mas também pelas vastas demolições efectuadas no seu interior e na envolvente próxima, criando desse modo um espaço público verde de eleição em Lisboa e acentuando o seu efeito cenográfico ao criar uma espécie de “Acrópole” simbólica. Mas este tipo de intervenção

sucedeu-se também noutros casos, como por exemplo na intervenção do castelo de Beja, onde foram demolidos os quarteirões adjacentes às muralhas do castelo e foi implantado um jardim relvado com árvores pontuais, acompanhado de percursos pedonais que desse modo valorizavam visualmente o monumento.



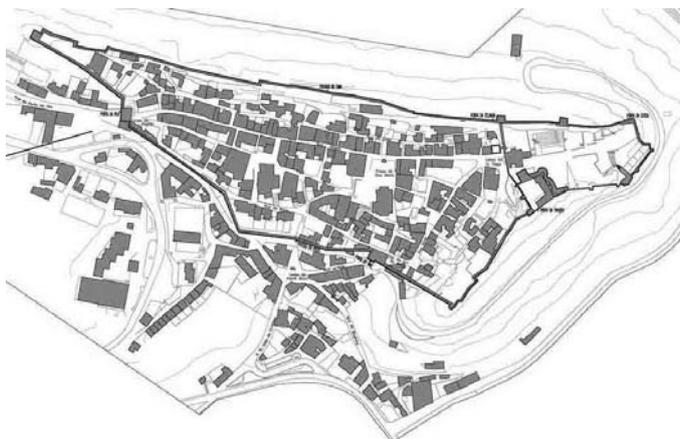
Castelo de Beja antes, durante e depois da intervenção da DGEMN (fonte: IHRU)

A gradual tomada de consciência do valor dos centros históricos, devido ao seu carácter de fixação da identidade colectiva, da memória cultural e das vivências sociais, evoluiu de uma protecção parcelar centrada no monumento para a patrimonialização da própria cidade ou de partes desta. A renovação urbana assente na reconstrução e substituição de construções existentes deu aos poucos lugar a uma política complementar (de vocação turística) de conservação dos espaços envolventes aos monumentos de modo a manter o ambiente pitoresco, para por fim reconhecer a importância funcional das áreas antigas, desde que asseguradas as condições para a normal vivência contemporânea. Tal facto condicionou o desenvolvimento das políticas de planeamento urbano – e mesmo regional –, ao englobar cada vez mais políticas de outras áreas (económica, sociológica, cultural, histórica, antropológica), que se repercutiram necessariamente na abordagem destas problemáticas e no modo como os centros antigos são encarados pelos diversos sectores e indivíduos.

A legislação portuguesa contemplava, desde 1932, uma zona de protecção com um raio de 50m em torno dos monumentos, no interior da qual todas as intervenções de construção teriam de ser submetidas à aprovação das entidades competentes. Porém, quando a zona de protecção envolvia cercas medievais (ou fortificações), tal facto possibilitou que toda a área intramuros ficasse incluída na área de salvaguarda, permitindo uma gestão integrada do núcleo patrimonial resultante¹⁴. Isso mesmo se verificou com as primeiras experiências de salvaguarda de conjuntos históri-

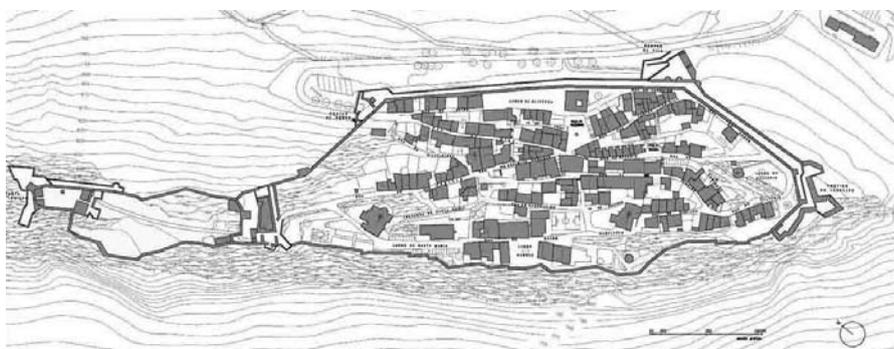
¹⁴ Como Miguel Tomé referiu também, quando a proximidade de diversos imóveis classificados conduzia à sobreposição das respectivas áreas de protecção, achou-se mais conveniente a fixação de uma única área de protecção abrangendo-os na totalidade, racionalizando os meios e efectuando uma intervenção global integrada (TOMÉ, Miguel. Património e restauro em Portugal (1920-1995). Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2002, p.163

cos em Portugal, que foram, aliás, em cidades delimitadas por cinturas defensivas, como por exemplo os casos de Óbidos e Évora em 1948.



Extracto da planta da vila de Óbidos (fonte: IHRU) e vista do interior da vila de Óbidos (fonte: autor)

A partir dos anos 50 do séc. XX começaram a surgir “planos de melhoramento” que, mais do que meros planos de embelezamento de fachadas e espaço público enquadrando os monumentos, se pretendeu criar infra-estruturas e recuperar o espaço construído, melhorando assim a qualidade dessas áreas urbanas. Assim, realizaram-se intervenções nos espaços públicos (pavimentação uniforme das ruas e praças), reabilitaram-se edifícios procurando uma depuração formal tendente à recuperação do “estado primitivo”, recuperaram-se tipologias consideradas tradicionais e substituíram-se elementos alegadamente dissonantes, para além da efectiva criação de infra-estruturas melhores. No entanto, os elevados custos limitaram estes planos a alguns aglomerados mais preservados e com potencialidades turísticas¹⁵.



Extracto da planta de Marvão (fonte: IHRU) e vista aérea da vila de Marvão (fonte: Câmara Municipal de Marvão)

tuíram-se elementos alegadamente dissonantes, para além da efectiva criação de infra-estruturas melhores. No entanto, os elevados custos limitaram estes planos a alguns aglomerados mais preservados e com potencialidades turísticas¹⁵.

Os núcleos históricos inseridos intramuros, como os casos de Óbidos e Marvão, eram considerados como monumentos e testemunhos históricos, mas também

¹⁵ TOMÉ, Miguel. Património e restauro em Portugal (1920-1995). Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2002, pp.169-172

como fonte de receitas através do seu potencial turístico; nesse sentido, advinha o intuito de tentar musealizar esses núcleos, valorizando figurativamente os aspectos pitorescos e tradicionais aí patentes, sendo que todas as intervenções efectuadas nestes tecidos procuravam inserir-se harmoniosamente no conjunto, tentando respeitar as características morfológicas ali existentes. A evolução desses critérios de planeamento deram origem a diversos programas de salvaguarda dos núcleos históricos que chegaram aos nossos dias, como o seja, por exemplo, o programa das Aldeias Históricas (presente, por exemplo, em Trancoso e Castelo Rodrigo), concebido como uma ponte entre os velhos processos de planeamento ao estilo do concurso “Aldeia mais portuguesa de Portugal”, realizada durante o Estado Novo, e os planos de nova geração, com forte componente direccionado ao património imaterial.



Vista aérea da vila de Trancoso (fonte: IHRU) e vista de uma rua da aldeia de Castelo Rodrigo (fonte: autor)



Extracto do desdobrável com o centro histórico de Guimarães (fonte: IHRU)

As cercas muralhadas, no entanto, continuam a agir enquanto elementos condicionadores de todo o processo de planeamento urbano – mesmo nos casos em que o perímetro cercado coincide com o limite da povoação –, pois a circunscrição da malha urbana histórica por um perímetro muralhado acentua ainda mais o carácter de fragmento desse núcleo relativamente à cidade no seu todo, tornando-o uma ilha com especificidades muito próprias, como se pode verificar nos centros históricos de Évora e Guimarães, classificados como Património da Humanidade. Mais do que os conjuntos históricos onde não existem estruturas defensivas envolvendo os núcleos mais antigos, as cercas medievais (assim como as fortificações modernas envolventes) configuram uma fronteira física incontornável que, uma vez mais, voltam a proteger a cidade intramuros – agora dos ímpetus des-

truidores que não se compadecem dos valores patrimoniais que essas áreas representam. Mesmo para o comum cidadão, as muralhas figuram como o limite físico da parte antiga da povoação, da cidade velha e histórica, encarnando assim uma fronteira palpável por oposição às outras existentes sobretudo nos planos.

Actualmente, os critérios de planeamento pressupõem uma actuação que vai para além das meras intervenções físicas de embelezamento do espaço público, reabilitação da mancha construída ou criação de infra-estruturas. Com efeito, as preocupações com os centros históricos – ou, mais correctamente, centros antigos – centram-se necessariamente na questão da manutenção e reavivar das vivências que não poderão deixar de ser



Extracto da planta do centro histórico de Évora, com as delimitações de protecção (fonte: Câmara Municipal de Évora)

consideradas como parte das especificidades que tornam cada centro patrimonial único. Mais do que criar cidades-necrópole musealizadas e despojadas de vida (os turistas não contam), procura-se preservar o espírito que permitiu a manutenção destes espaços até aos dias de hoje, na medida em que foram essas vivências que asseguraram a sua conservação; as pessoas conservam o que é seu, e espera-se que isso sirva como catalizador para a salvaguarda dos centros antigos. É do interesse público que os centros antigos mantenham as qualidades que os valorizaram, e que não percam residentes e se transformem em meros espaços comerciais para turistas durante o dia, e discotecas a céu aberto ou cidades-fantasma durante a noite.